

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS JORNAIS DA PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA

Ivonete Benedet Fernandes Coan – UNIPLAC

Agência Financiadora: Prefeitura Municipal de Lages (SC)

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

As primeiras discussões sobre a Alfabetização e Letramento para as escolas catarinenses foram elaboradas pela equipe formada por dezoito professores da área de língua portuguesa e linguística e estão descritas nos Jornais 1 e 2, de 1989, e 3, de 1990¹. Sistematizadas, essas informações compuseram a primeira versão da Proposta Curricular Catarinense, editada em 1991.

O Jornal 1 traz como pressuposto básico para o ensino, e o conhecimento dele resultante, a ideia de que esse processo constitui-se em uma construção coletiva derivada da “prática social” e que “a ela retorna”. Assim, o dever da escola é o de recuperar a verdadeira função desta instituição, contribuindo para que o seu papel seja cumprido, qual seja o de transmitir, renovar e socializar a “produção do conhecimento”, oportunizando a “todas as crianças em idade escolar, um ensino sistematizado”. Para isso, entendeu-se a necessidade de que a escola viabilize de modo sistemático as condições necessárias para efetivar a “transmissão, assimilação e criticidade dos conteúdos culturais básicos” à formação cidadã (SANTA CATARINA, Jornal 1, 1989a, p. 6).

O processo de aprendizagem, sob essa concepção, deve ter por base o contexto cultural do qual o educando faz parte. O ensino dos conteúdos referentes à alfabetização (e todos os demais) tem “como ponto de partida a realidade, a experiência, a bagagem cultural que a criança traz do seu contexto social” (SANTA CATARINA, 1989a, p. 6). Partindo desse princípio, a educação se constitui em uma “construção coletiva do conhecimento” que oportunize ao aluno o aprender a ler e a escrever e, principalmente, a compreender a realidade da

¹ Foram 4 as edições do Jornal dessa Proposta, no entanto o nº 4 não fez parte deste trabalho por não conter informações referentes à Alfabetização e Letramento nas séries iniciais de escolarização.

qual ele faz parte para que possa, mais tarde, atuar sobre ela e buscar modificá-la.

Sob essa concepção do ensino como uma construção que se engendra social, cultural e historicamente, considera-se, para a ação pedagógica, a necessidade de instrumentalizar a criança para que ela seja “[...] capaz de analisar e refletir, chegando à formação de conceitos num processo, gradativo de constante aprendizagem” (SANTA CATARINA, 1989a, p. 6).

No que tange aos aspectos gerais sobre a Alfabetização, a proposta centra-se no fato de que as sociedades atuais têm como base a escrita. Nesse sentido, a codificação e decodificação “[...] do código linguístico” (ser alfabetizado) não é suficiente para a apreensão de toda a complexidade que envolve a escrita e a alfabetização constitui-se na “primeira exigência no processo de escolarização”. Compete, portanto, ao poder público desenvolver uma política de alfabetização com base nos pressupostos elencados e que envolvam a ideia de função social da escola. Em relação aos conteúdos, entende-se que os mesmos, assim como todos os demais, precisam adotar “[...] como ponto de partida a realidade, a experiência, a bagagem cultural que a criança traz do seu contexto social” (SANTA CATARINA, 1989a, p. 6).

A alfabetização deve ser considerada também sob a “concepção construtivista do conhecimento”, tendo por base a Psicologia Psicogenética de Jean Piaget, segundo a qual a ênfase do processo de alfabetizar recai sobre o “como a criança aprende”, levando-se em consideração quatro estágios básicos: “escrita pré-silábica”, “escrita silábica”, “escrita silábica-alfabética” e “escrita alfabética” (SANTA CATARINA, 1989a, p. 7).

Desse modo, torna-se indispensável que se concretize o ensino, de forma a que as crianças construam com os objetos as relações que se representam graficamente através de símbolos, possibilitando seu avanço conceitual através da reformulação sucessiva de hipóteses. Isso se dá em um ambiente rico de materiais, de situações de comunicação, de leitura, de escrita e de problemas que permitem conjugar as indagações próprias de cada criança, favorecendo a aquisição do saber científico (SANTA CATARINA, 1989a).

Na segunda edição do Jornal da Proposta Curricular de Santa Catarina (“Duplo desafio”) são efetuadas “algumas considerações” sobre “o processo de alfabetização numa perspectiva interacionista”. Essa etapa centra-se na metodologia do trabalho pedagógico, fundamentado segundo teorias que se voltam para a aquisição da linguagem como um processo de interação e dinamicidade, na medida em que são os interlocutores, no momento de interação verbal, oral ou escrita, que atribuem sentido ao seu discurso (SANTA CATARINA, 1989b, p. 2).

Essa metodologia se contrapõe à estruturalista, que considera a língua como “algo pronto, acabado”, e enfatiza o aspecto material da língua (fonemas e letras). Desse método resultam duas possibilidades, a sintética e a analítica, ambas considerando, na alfabetização, a segmentação da linguagem, adotando, a primeira, a menor unidade material da língua, fonemas e sílabas, e, a outra, elegendo uma palavra-chave a partir da qual são estudadas sílabas e letras. Nenhum desses procedimentos, no entanto, considera o contexto no qual o discurso é produzido, apreendido e compreendido pelos falantes da língua, porque centrados no “sistema gráfico” (SANTA CATARINA, 1989b, p. 2).

Para a perspectiva interacionista:

[...] o conceito de alfabetização evolui para um “processo de construção/aquisição de uma forma particular de linguagem dotada de significação”. Nesta perspectiva, considera-se que a língua não é um todo, uniforme e acabado, regulado por regras fixas, mas o próprio processo dinâmico de interação verbal, oral ou escrito, onde os interlocutores instituem o sentido de seu discurso. Efetivamente, tomar as palavras, fora do contexto de interação, é descaracterizar a própria língua (SANTA CATARINA, 1989b, p. 2).

Sendo assim, a alfabetização se torna mais do que a apreensão do código escrito, o que requer do professor a atenção para o significado textual para o aluno. Para isso, é necessário que o professor tenha a dimensão das possibilidades dos alunos em fazer inferências a partir do texto que lhes é apresentado, considerando vivências e conhecimento de mundo, constituindo-se também em um processo interativo entre o vivido e o exposto no discurso (SANTA CATARINA, 1989b, p. 2).

Como modo de se contrapor ao reducionismo da responsabilidade no que diz respeito à apreensão do código escrito - ora ao aluno ora ao professor -, os autores do texto sobre alfabetização consideram que, mais importante “do que

atribuir papéis”, é elementar compreender de que modo a criança adquire o saber sobre a escrita e quais as possibilidades de inferência do professor sobre esse processo. Assim, tanto professor quanto aluno são peças-chave no trabalho de alfabetização, porque isso resulta da interação entre diferentes sujeitos.

A PCSC busca também em Vygotsky as considerações sobre “a natureza do conhecimento”, para quem a aprendizagem “[...] ‘pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual dos que a cercam’”. Se o conhecimento é “socialmente produzido”, a apropriação deste pela criança se dá a partir “da demonstração ou de pistas usadas por um parceiro mais experiente num processo de interação com a criança”. Entram em jogo tanto o aluno - com o que ele conhece - quanto o professor - com a mediação entre o conhecimento prévio do aluno no que diz respeito à oralidade e ao código escrito dotado de significados, colocando em cena a interação entre um e outro sujeito e, também, a linguagem, o que corresponde à observação da “zona de desenvolvimento proximal” proposta por Vygotsky (SANTA CATARINA, 1989b, p. 2).

Nesse processo, a comunicação se torna o elemento necessário à interação e, com isso, o homem produz a linguagem, conforme conteúdo do Jornal 3. A linguagem permite ao sujeito abstrair-se do imediatismo, da concreticidade das coisas e representá-las por meio da palavra. Nesse sentido, a linguagem é dotada de um caráter simbólico, de representação. Para obter o conhecimento historicamente produzido, o homem precisa adquirir e se apropriar dos diferentes tipos de linguagem produzidos na interação entre diferentes sujeitos (SANTA CATARINA, 1990).

No que diz respeito à avaliação na alfabetização, “[...] o professor deverá tomar em consideração o processo de apropriação do aluno, considerando a sua compreensão da escrita nos primeiros dias de aula e as aquisições que conseguiu empreender” (SANTA CATARINA, 1990, p. 8). Ou seja, deve adotar como ponto de partida o conhecimento prévio do aluno, observando as particularidades de cada um e o que conseguiu apreender nos primeiros momentos de interação com os colegas, no reconhecimento da escola e sujeitos que nela atuam, bem como as possibilidades de escrita que lhe foram apresentadas. Avaliar não se trata de medir ou classificar. Ela caracteriza um processo de reflexão por parte do

professor no sentido de reavaliar e planejar atividades que contribuam para a efetiva aprendizagem da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Proposta Curricular de Santa Catarina adota como princípio base do conhecimento a concepção histórico-cultural, que entende o homem como um ser construído social e historicamente. Sendo assim, tanto o ensino quanto a aprendizagem devem levar em consideração essa construção que é contínua e mutável. Para a alfabetização e o letramento também esses princípios regem o trabalho do professor alfabetizador, que deve partir da realidade do aluno para mediar com ele o conhecimento referente à escrita. Alfabetização e letramento, nesse processo, se tornam complementares, na medida em que oportunizam ao aluno tanto a aquisição e compreensão do código escrito quanto sua apropriação, o que os tornará sujeitos sociais porque letrados, entendendo-se que a sociedade atual exige o letramento como uma das principais condições do ser social.

REFERÊNCIAS

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: Jornal Nº 1. Florianópolis: Coden, 1989.

_____. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: Duplo Desafio. Jornal Nº 2. Florianópolis: Coden, 1989.

_____. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: A Continuidade do Processo. Jornal Nº 3. Florianópolis: Coden, 1990.

_____. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: E o Processo Continua... Jornal Nº 4. Florianópolis: Coden, 1990.